11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

2º PERÍODO LEGISLATIVO

19ª LEGISLATURA

Aos dezessete dias de novembro de dois mil e vinte e dois, com início às dezesseis horas e dezoito minutos e término às dezenove horas e trinta e quatro minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Piumhi, sob a Presidência do Vereador Reinaldo dos Reis Silva. Após a leitura do Evangelho, o Primeiro Secretário João Marcos Macedo Silveira registrou a presença dos Vereadores e a ausência justificada do Vereador Wilde Wéllis de Oliveira. Posteriormente, foi registrado o comparecimento do Vereador Gilvan Antônio da Silva. Em seguida, o Primeiro Secretário fez a leitura dos documentos **RECEBIDOS** e **EXPEDIDOS**: **Comunicado**: Audiência Pública para discussão das ações a serem realizadas para solucionar as demandas de cunho financeiro enfrentadas pela Santa Casa de Misericórdia de Piumhi e divulgação das dificuldades existentes, relacionadas à falta de captação de recursos para pagamento dos gastos mensais da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi, a ser realizada no dia 17 de novembro de 2022 às 16 horas, na sede da Câmara Municipal de Piumhi. **Ofício nº 380/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida a Presidente da Câmara Municipal de São Roque de Minas, Sra. Andréia Cristina Pereira, e todos os Vereadores para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 381/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida o Presidente da Câmara Municipal de Vargem Bonita, Sr. Rafael Silva Correia, e todos os Vereadores para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 382/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida a Presidente da Câmara Municipal de Capitólio, Sra. Míriam Salete Rattis Batista Santos, e todos os Vereadores para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 383/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida o Presidente da Câmara Municipal de Pimenta, Sr. Júlio César Anselmo Rezende, e todos os Vereadores para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 384/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida a Presidente da Câmara Municipal de Guapé,

Sra. Elizabeth Florêncio, e todos os Vereadores para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 385/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida o Presidente da Câmara Municipal de Doresópolis, Sr. Alessandro Moreira Simões, e todos os Vereadores para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 386/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi, Sr. José Soares de Melo, e toda a diretoria para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 387/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida o Promotor de Justiça Dr. Tárik Barros de Araújo para participar da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 387/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida o Promotor de Justiça Dr. André Silvares Vasconcelos para participar da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 390/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida o Chefe do Poder Executivo Municipal, Dr. Paulo César Vaz, bem como seus Secretários Municipais, Procurador Municipal e Assessores, para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 391/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida o Diretor Executivo do SAAE de Piumhi, Sr. Eduardo de Assis, para participar da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 392/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida os representantes legais das entidades do município de Piumhi para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 393/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida os representantes legais da Rádio 104.3 FM para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 394/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida os representantes legais da Rádio 100.3 FM para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 395/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida os representantes legais da Rádio 87.9 FM para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 396/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida os representantes legais do Jornal Piumhi na TV para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 397/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida os representantes legais do Jornal Alto São Francisco para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 398/2022**, de autoria do Presidente do Poder

Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual convida os representantes legais do Jornal O Ponto para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 399/2022**, de autoria do Presidente do Poder Legislativo, Reinaldo dos Reis Silva, o qual solicita a presença dos representantes do Conselho Fiscal e Conselho Superior, responsáveis pelos setores contábeis e jurídico, Diretor Administrativo e Diretor Técnico Médico da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi para participarem da 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 1011/2022**, de autoria do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Piumhi, o qual confirma presença juntamente com a diretoria na 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. **Ofício nº 558/2022**, de autoria do Promotor de Justiça, Dr. Tárik Barroso de Araújo, o qual comunica a ausência na audiência pública, esclarece que o Ministério Público acompanha o assunto referente à Santa Casa e solicita o envio da ata da sessão. **Edital de Convocação** para a 11ª Sessão Extraordinária – Audiência Pública. O Presidente convidou para comporem a mesa o Prefeito Municipal de Piumhi, Dr. Paulo César Vaz, o Prefeito Municipal de Pimenta, Geovanio Gualberto Macedo, o Prefeito Municipal de São Roque de Minas, Onésio de Oliveira Andrade, o Prefeito Municipal de Vargem Bonita, Samuel Alves de Matos, o Deputado Federal Emidinho Madeira, a Superintendente Regional de Saúde de Passos, Kátia Rita Gonçalves, e o assessor do Deputado Estadual Cássio Soares, Ricardo Batista. Na **ORDEM DO DIA**: O Presidente explicou que a Audiência Pública seria destinada exclusivamente à discussão das ações a serem realizadas para solucionar as demandas de cunho financeiro enfrentadas pela Santa Casa de Misericórdia de Piumhi e à divulgação das dificuldades relacionadas à falta de captação de recursos para pagamento dos gastos mensais da instituição. Em seguida, passou a palavra ao Presidente da Comissão de Serviços e Políticas Públicas Municipais, Urbanismo e Cidadania, Vereador **José Welington da Silva**. O Vereador afirmou que "toda Audiência Pública é um processo de transparência que visa sempre dar a oportunidade aos cidadãos de exporem as suas sugestões no âmbito de controle da Administração Pública". Passou então a palavra ao provedor da Santa Casa de Piumhi, Sr. **José Soares de Melo**. O provedor disse que buscava entregar uma Santa Casa melhor em 2023 do que quando assumiu a provedoria e exaltou as mudanças na gestão. Disse que a pandemia de covid-19 destruiu os hospitais filantrópicos e relatou o aumento nos custos. Também disse que a Santa Casa gastou o lucro líquido obtido com a rifa, de pouco mais de um milhão e duzentos mil reais, que deveria ser usado para montar um serviço de urologia e melhorar a tecnologia do bloco cirúrgico, para compensar a insuficiência dos recursos enviados pelo poder público. Relatou que a administração da Santa Casa de Piumhi é totalmente impotente para resolver a situação atual,

a qual impacta toda a região. Encerrando, ressaltou que o governo do estado resolveu investir no serviço de hemodiálise na instituição, mas que é necessário resolver os problemas de funcionamento da estrutura atual da Santa Casa. O Vereador **José Welington** convidou para compor a mesa a Secretária Municipal de Saúde de Piumhi, Sra. Rosângela Aparecida Terra e Guerra, representando as secretarias de saúde da região. Em seguida, o Dr. **André Luís Santos Castro**, diretor técnico da Santa Casa, relatou a preocupação dos médicos da instituição com os cortes nos medicamentos, a desativação do CTI e o atraso nos salários. Com a palavra, o Superintendente Assistencial da Santa Casa, Sr. Wilson Goulart Estevão, exaltou a transparência da Santa Casa com as autoridades na audiência, citou o apoio da Superintendente Kátia, da Secretária Rosângela, das demais secretarias de saúde, dos deputados, do Prefeito Dr. Paulo e dos Vereadores. Em introdução à apresentação dos indicadores da Santa Casa, mostrou que a instituição possui 81 (oitenta e um) leitos, sendo 60 (sessenta) para o SUS e 21 (vinte e um) para convênios e atendimentos particulares, é referência microrregional para os municípios de Piumhi, Capitólio, Guapé, Doresópolis, Pimenta, Vargem Bonita, São Roque de Minas, entre outros, além de atender ocorrências na MG-050 e nas regiões turísticas. Explanou os serviços prestados e a estrutura da Santa Casa e mostrou informações dos atendimentos nos últimos cinco anos, nos quais foram realizadas 25317 (vinte e cinco mil, trezentos e dezessete) internações e foi obtida uma taxa de ocupação de leitos de 83% no geral e de 78,81% na UTI. Ressaltou a importância da UTI para os pacientes e para evitar sobrecargas na Santa Casa de Passos. Mostrou os impactos financeiros sofridos entre janeiro e julho de 2022, sendo os principais a vedação eleitoral de recebimento de emendas parlamentares, o impacto da pandemia e do pós-pandemia nos preços dos medicamentos, a nova política do Valora Minas, que impõe a implementação de novas especialidades médicas e o cumprimento de novos indicadores, e as dívidas contraídas com o Sicoob. Descreveu as medidas tomadas pela Santa Casa desde agosto de 2022, sendo elas a suspensão dos serviços do CTI, a renegociação e suspensão de contratos com terceiros, a redução de 305 (trezentos e cinco) para 274 (duzentos e setenta e quatro) colaboradores, com a previsão de mais cortes nos próximos meses, o que impacta na qualidade da assistência oferecida, e o estudo de encerramento de outros setores essenciais da instituição. Apresentou planilhas com detalhamentos das receitas e despesas da Santa Casa e os resultados médios mensais, sendo a receita hospitalar média mensal de R$ 1.747.420,68 (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e oito centavos) e a despesa média mensal de R$ 2.471.122,81 (dois milhões, quatrocentos e setenta e um mil, cento e vinte e dois reais e oitenta e um centavos),

totalizando assim um déficit médio mensal de R$ 723.702,13 (setecentos e vinte e três mil, setecentos e dois reais e treze centavos). Mostrou o valor anualizado dessa média, o que resulta numa previsão inicial de déficit para 2023 de R$ 8.684.425,56 (oito milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos), e o impacto anual do piso salarial dos profissionais de enfermagem, de R$ 5.161.000,00 (cinco milhões, cento e sessenta e um mil reais), o que levaria o déficit anual da Santa Casa a R$ 13.845.425,56 (treze milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos). Apresentou o detalhamento das dívidas e relatou que, ao fim de 2022, o valor necessário para quitar todas as dívidas seria de R$ 6.750.352,07 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e dois reais e sete centavos). Mostrou as arrecadações mensais vinda de atendimentos particulares e por convênio, de R$ 509.078,58 (quinhentos e nove mil, setenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), e de atendimentos pelo SUS, de R$ 1.238.342,10 (um milhão, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais e dez centavos). Ressaltou a importância da parceria com os municípios da região, por meio do consórcio intermunicipal e das emendas impositivas, e o auxílio do Município de Piumhi na manutenção do pronto-socorro. Apresentou projetos da Santa Casa para o futuro, como a parceria com faculdades que oferecem internato médico para cirurgias e pronto atendimento, a busca por habilitações, a gestão dos custos, o recebimento de emendas parlamentares, o projeto para a instalação de placas fotovoltaicas em parceria com o Sicoob Credialto, a renegociação da contratualização do SUS em 2023, o aumento em 20% do repasse do Valora Minas e a revisão dos valores do programa Opera Mais. Relatou que a Santa Casa tem mais de 90 (noventa) pacientes na fila da hemodiálise precisando deslocar-se para outros municípios. Concluiu mostrando que a Santa Casa passa por auditorias contábeis externas anualmente. Em seguida, passou a palavra à Dra. **Kátia Rocha**, presidente da Federassantas (Federação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais Filantrópicos e Entidades de Filantropia e Beneficência do Estado de Minas Gerais), que participou da sessão por videoconferência. A Doutora explanou o papel das entidades do sistema de saúde, regulamentado pela Lei Federal 8080/1990, explicando que os valores pagos pelo poder público a essas entidades para a realização de procedimentos são definidos pelo próprio poder público. Criticou as medidas tomadas nas últimas décadas pelo Ministério da Saúde em relação ao custeio das atividades das Santas Casas, o que obriga Estados e Municípios a aumentarem seus repasses. Encerrou solicitando a participação dos presentes na busca por soluções para a Santa Casa. O Vereador José Welington passou a palavra à Superintendente Regional de Saúde de Passos, **Kátia**

Rita Gonçalves. A superintendente iniciou relatando suas experiências como paciente da Santa Casa de Piumhi e ressaltou a importância da instituição como polo microrregional. Afirmou que, embora suspensos, os leitos de UTI permanecem ativos no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) devido à localização e às características da microrregião. Expôs o papel da Santa Casa na realização de cirurgias ortopédicas e na rede de urgência e emergência, os recursos recebidos do Estado e do Município, a contratualização dos recursos federais, a busca por habilitações e pela melhoria nos atendimentos da rede materna. Tratou também do atendimento a pacientes com doenças renais crônicas, destacando o auxílio do Deputado Emidinho Madeira na questão da hemodiálise. Comunicou que o projeto para a hemodiálise na Santa Casa de Piumhi já está aprovado e dependendo dos recursos financeiros para ser executado. Expôs o impacto do fechamento do CTI na rede de urgência e emergência, no credenciamento de outros setores, nos gastos do Município e nos atendimentos na Santa Casa de Passos. Apresentou os benefícios da plenagem na saúde para o futuro da Santa Casa. Falou dos repasses que a instituição cobra da Secretaria de Estado de Saúde. Encerrou reiterando que precisa que a Santa Casa de Piumhi continue sendo um polo na microrregião. O Vereador José Welington passou a palavra ao Prefeito Municipal de Piumhi, Dr. **Paulo César Vaz**. O Prefeito reiterou que existe uma crise na Santa Casa e que é necessário encontrar uma saída o mais breve possível. Apresentou um breve histórico dos repasses feitos pelo Munícipio ao pronto-socorro, alegou falta de comprometimento por parte do Governo do Estado e afirmou que a plenagem na saúde não poderá ser implementada no município enquanto a situação da Santa Casa não for resolvida, devido ao desequilíbrio entre as responsabilidades dos entes municipal, estadual e federal. Tratou da dívida do Estado com a Santa Casa, disse que defende uma auditoria fiscal e que tem dúvidas quanto à concretização dos novos repasses estaduais. Defendeu o diálogo com os deputados e o resgate da credibilidade da instituição. Declarou que é companheiro da Santa Casa, narrando casos de pagamento de tabelas diferenciadas para que os serviços fossem prestados e os recentes repasses do Município. Solicitou objetividade na solução dos problemas, afirmou que houve melhorias na gestão da Santa Casa e apresentou o trabalho de uma comissão criada pela Prefeitura e pela Santa Casa que averiguou gastos na instituição, reiterando a omissão do governo estadual. Disse que vai apresentar um projeto de lei para reajustar os valores repassados à Santa Casa. Encerrou renovando sua responsabilidade e seu compromisso com a instituição. O Vereador José Welington deixou a palavra aberta aos demais presentes. A Vereadora **Shirley Elaine Gonçalves Faria** iniciou afirmando que, em uma entidade filantrópica, a distribuição deveria ser de 60% de

atendimentos via SUS e 40% por atendimentos particulares, o que não ocorre na Santa Casa, e relatou a situação de servidores com folhas de pagamento divididas em parcelas. Lembrou que trouxe a situação da Santa Casa à Câmara há alguns meses e estudou minuciosamente os documentos solicitados à instituição, que solicitou auditoria pública diversas vezes e que foi aconselhada a não questionar o uso de recursos não vindos do Município. Voltou a pedir uma auditoria fiscal com profissionais independentes e que seja traçado um projeto de gestão hospitalar. Recordou que houve ameaças de fechamento de setores da Santa Casa antes da pandemia de covid-19. O Presidente **Reinaldo dos Reis Silva** esclareceu que a Câmara não recebeu requerimento de audiência pública e que, se a Vereadora quisesse fazer o requerimento, a Casa responderia a tempo. O Vereador **João Marcos Macedo Silveira** frisou que a Câmara nunca se opôs a nenhum tipo de fiscalização, sendo o problema tão somente o custeio de uma auditoria com recursos do Poder Legislativo Municipal, o qual é vedado pelo Tribunal de Contas da União. O Vereador **José Antônio Camargo Júnior** mencionou reuniões realizadas em Belo Horizonte para tratar da dívida do Estado com a Santa Casa e que recebeu como resposta que a dívida reconhecida seria dividida em 96 (noventa e seis) parcelas. Relatou que parte da dívida não foi parcelada e ainda deve ser acertada. Falou também a respeito do projeto para a hemodiálise na Santa Casa, que poderia trazer benefícios a toda a instituição. Solicitou a união dos municípios da região e dos deputados para cobrar o governador do estado. O Deputado Federal **Emidinho Madeira** chamou a atenção para o trabalho empenhado na Santa Casa, como para credenciar serviços e resolver crises. Citou a união dos municípios da região, que soma aproximadamente 70 mil habitantes, para a resolução da dívida de R$ 7 milhões da Santa Casa e para reformas e capital de giro. Solicitou a reflexão sobre a importância da instituição para a cidade de Piumhi em relação a outros órgãos públicos e privados. Disse que o Prefeito Dr. Paulo deve liderar a busca por soluções e que as demais prefeituras devem analisar o que pode ser feito de imediato pela Santa Casa. Lembrou que foram destinados R$ 2,7 milhões para a Santa Casa, sendo R$ 1,9 milhão por emenda parlamentar e R$ 800 mil por repasse do Senador Rodrigo Pacheco que deveria ser usado para construção da hemodiálise. Afirmou que a instalação do serviço de hemodiálise é sustentável e lucrativa para a Santa Casa. Defendeu a auditoria para esclarecer dúvidas da população e a criação de um conselho fiscal para prestação de contas da Santa Casa. Relatou que foi diretor de hospital entre 2005 e 2013 e que, durante o período, conseguiu resolver seus problemas financeiros. Disse que, se a Santa Casa medicou o povo por tanto tempo, pode ser feito um esforço para "dar uma injeção na veia" da instituição. Sugeriu que o Prefeito Dr. Paulo marcasse uma reunião com os

vereadores da região em dezembro para acertar o repasse das sobras do orçamento do Poder Legislativo para a Santa Casa. Lembrou que a última reunião realizada em Belo Horizonte foi proveitosa por conta do reconhecimento por parte do Estado de uma dívida de R$ 3 milhões com a Santa Casa. Defendeu o diálogo com o secretário estadual de saúde e com o governador. Disse que não se pode deduzir que a Santa Casa está fechada e destruída, mas que a instituição será salva, com a hemodiálise, com uma boa equipe médica e com mais cirurgias, o que inclusive elevaria o incentivo do SUS. Afirmou que conversaria com o Prefeito a respeito da gestão plena, citando os exemplos de cidades como São Sebastião do Paraíso, Guaxupé e Alfenas. Declarou também que faria sua parte a respeito das emendas parlamentares e solicitou que os deputados eleitos pela região fossem procurados. O assessor **Ricardo Batista** justificou a ausência do Deputado Estadual Cássio Soares, que teve compromissos na Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa. Reforçou o compromisso do deputado com a Santa Casa e afirmou que a instituição hoje pode ser comparada a um paciente na UTI que não pode ser deixado para morrer. Concordou com as falas do Dr. Paulo e do Deputado Emidinho e solicitou a união dos municípios. Relatou reuniões em Belo Horizonte com o secretário Igor Eto e o vice-governador eleito Mateus Simões. Lembrou que a covid-19 voltou a causar problemas em algumas regiões e disse que a situação precisa ser discutida com objetividade. O Deputado **Emidinho** perguntou aos prefeitos presentes se poderiam colaborar com a Santa Casa naquele momento. O Prefeito Municipal de Pimenta, **Geovanio Gualberto Macedo**, disse que o município já participa expressivamente e que cada ente deve assumir sua responsabilidade. O Deputado **Emidinho** pediu um compromisso com os Prefeitos para sanar os problemas imediatos e disse que os parlamentares poderiam introduzir emendas de transferência especial para cobrir, na virada do ano, os recursos concedidos pelos municípios. Assumiu o compromisso de liberar R$ 1 milhão para essas emendas. O Prefeito Municipal de Vargem Bonita, **Samuel Alves de Matos**, afirmou que a cidade é companheira tanto para cobrar do governo estadual quanto para ajudar nos repasses e sugeriu uma reunião com os sete municípios da região para acertar a arrecadação. O Prefeito de Piumhi, Dr. **Paulo**, comunicou que, no dia 23 do mês corrente, haveria uma reunião com a secretária do secretário estadual de saúde com os prefeitos da microrregião. A superintendente **Kátia Rita** solicitou a elaboração de um plano de trabalho para dar transparência à destinação dos repasses acertados. O Prefeito Municipal de São Roque de Minas, **Onésio de Oliveira Andrade**, reiterou a parceria da cidade com a Santa Casa, chamou a atenção para a importância do orçamento público e sugeriu a formação de um quadro para avaliar a administração dos recursos. Defendeu a

auditoria e a revisão da administração e da gestão da Santa Casa e mencionou um hospital na cidade de Poço Fundo como exemplo de administração. O Deputado **Emidinho** sugeriu a criação de diferentes frentes de trabalho, sendo uma frente liderada pelo Dr. Paulo para lidar com o governo com apoio dos parlamentares, outra frente montada com as câmaras municipais e outra para criar uma gestão paralela com a Santa Casa, na forma de conselhos. Detalhou a gestão aplicada no hospital em Poço Fundo e os seus resultados positivos. O Vereador da cidade de Capitólio **Lucas de Oliveira Silva** disse que a Câmara da cidade analisaria a parcela de emendas impositivas que poderia ser destinada à Santa Casa. Relatou que o Senador eleito Cleitinho Azevedo também se mostrou à disposição para ajudar. Parabenizou a população pelo leilão realizado em prol da Santa Casa. O Vereador **Fábio Henrique Novaes Ferreira** fez o compromisso de destinar sua emenda impositiva à Santa Casa e à Secretaria Municipal de Saúde. Comunicou que o Deputado Federal Marcelo Álvaro Antônio e o Deputado Estadual Coronel Sandro estão dispostos a contribuir com emendas parlamentares. O diretor Dr. **André** ressaltou que a Santa Casa não é contrária a nenhum tipo de auditoria fiscal, mas que não conta com recursos financeiros para essa finalidade. Disse que a nova diretoria busca a gestão de recursos por meio do enxugamento de gastos e que, se o CTI não fosse fechado temporariamente, a instituição estaria fechada. A respeito da criação de conselho para a Santa Casa, afirmou que a instituição está aberta à população e aos parlamentares e à criação de comitiva com representantes municipais. Frisou que a Santa Casa recebe mais de R$ 500 mil com atendimentos particulares e chamou a atenção para o trabalho realizado na gestão até o momento. Reiterou a responsabilidade do Estado de honrar suas dívidas. O Deputado **Emidinho** anunciou que o Município de Pimenta repassaria R$ 300 mil e o Município de Piumhi repassaria R$ 500 mil. Solicitou que fossem arrecadados, ao todo, R$ 2 milhões, que seriam ressarcidos posteriormente. Reforçou o pedido de criação de uma gestão paralela para a Santa Casa, reconheceu as dificuldades vividas pela instituição e encerrou afirmando que o dinheiro repassado é, na verdade, dos cidadãos que pagam impostos, os quais devem ser bem tratados. O Dr. **André** reiterou que é aberto à auditoria fiscal e ao conselho paralelo e lembrou que o conselho da Santa Casa trabalha voluntariamente. A Dra. **Kátia Rocha** parabenizou os presentes pela busca por soluções e sugeriu que fosse solicitado um estudo à FIPECAFI, fundação ligada à Universidade de São Paulo, para comprovar os déficits nos repasses do Estado e do SUS. O Vereador José Welington agradeceu a participação de todos e repassou a condução dos trabalhos ao Presidente Reinaldo dos Reis Silva. O Presidente **Reinaldo** agradeceu a presença das autoridades e do pessoal da Santa Casa e concluiu que a instituição deve

ter condições de pagar os salários dos funcionários até o final do ano. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão. A presente ata foi lavrada e, se estiver conforme, será declarada aprovada e assinada pelos Vereadores que estiverem presidindo e secretariando os trabalhos da sessão em que for comunicada sua aprovação.